

Indultos às mãos-cheias

Peço-vos que reconheçam sinceramente que, como se passava comigo, não tinham até há muito pouco tempo dedicado um pensamento que fosse nem à Lei do Indulto nem à sua aplicação em Espanha. No que me diz respeito, supunha que era qualquer coisa de excepcional e que sempre se explicava ou justificava com argumentos, pelo menos quando alguém solicitava ao governo argumentos ou explicações sobre o porquê de se perdoar a pena — ou seja, de eximir do seu cumprimento — a um réu condenado, a alguém cuja culpa fora judicialmente demonstrada. Imaginava que haveria três, cinco, dez indultos por ano, qualquer coisa do género — não prestara atenção, confesso-o simplesmente — e que seriam ditados por razões fundamentadas: o péssimo estado de saúde ou a avançada idade de um preso, a sua terrível situação familiar, o seu claro arrependimento ou a sua reabilitação indubitável, a sua falta de perigosidade, a certeza de que não reincidiria. Ou ainda a sua trajetória anterior à comissão do delito: há pessoas tão úteis à sociedade que a sua queda *numa* tentação, ou o seu deslize, ou a sua momentânea fraqueza, não deveriam pesar mais do que um longo historial de probidade e de bom serviço. Por assim dizer, o encarceramento de um indivíduo globalmente honrado e benéfico, por um erro ou má decisão não muito graves, pode não compensar, se se perder mais com a sua exclusão do que aquilo que se ganha com o seu castigo.

Se começámos a interrogar-nos sobre a prática em causa foi devido à clamorosa arbitrariedade de certos indultos recentes: quatro *mossos d'esquadra*¹ condenados por prática de tortura, certo empre-

sário ou político ou banqueiro, dois militares responsáveis pelo famoso acidente do Yak-42², um condutor *kamikaze* que matou um homem durante a sua corrida demencial. Neste último caso a única suspeita do possível motivo do perdão da pena é tão vergonhosa que se torna preferível descartá-la: o *kamikaze* teria sido defendido em tribunal por um escritório de advogados em que trabalham, ao que parece, um irmão do conhecido membro do PP Ignacio Astarloa e um filho de Gallardón³. Em contrapartida bradou aos céus que não se tivesse concedido o indulto, profusamente solicitado, a um ex-toxicómano, Reboredo de seu nome, que desde há já algum tempo se dedica a trabalho social, enquanto Esperanza Aguirre anunciou que vai pedi-lo pessoalmente para o seu temerário jovem protegido Carromero⁴, depois de ter corrido a visitá-lo, como uma madrinha, na prisão onde permaneceu por poucos dias após o seu frenético resgate de Cuba pelo governo.

São excepcionais os indultos, como os imaginávamos? De maneira nenhuma. Descobre-se que todos os nossos governos, qualquer que fosse a sua cor, os repartiram generosamente. Suárez, 410 em menos de dois anos; Calvo-Sotelo, 878 também em menos de dois anos; Felipe González, 5944 em treze e pico; Rajoy somou 501 num ano só. A soma total é de 17 059. Paremos um momento: 17 059 pessoas condenadas, perdoadas uma a uma. O número diz-se depressa, mas os que se pusessem a contar, antes de chegarem a 50 já se teriam aborrecido, e ainda lhes faltariam 17 009. A média de indultados é de cerca de 500 por ano, mais de um por dia, todos os dias ao longo de trinta e quatro anos. E, é claro, isso significa que o trabalho de delegados do Ministério Público, advogados, polícias, testemunhas, jurados, juízes foi pouco menos do que inútil 500 vezes por ano. Não é de estranhar que a justiça seja tão lenta, quando se dedicam horas e horas a provar delitos cujas penas não são cumpridas por capricho do governo de turno. Porque, se dermos uma vista de olhos à Lei de Indultos, descobrimos: a) que aquela que está em vigor e se aplica, com modificações mínimas, data de 1870; b) que da medida de graça em questão não se pode recorrer nunca: é uma decisão governamental contra a qual não valem alegações nem protestos; c) que a dita decisão é “discricionária”, quer dizer: o governo não tem obrigação de explicar porque outorga um indulto; concede-o com absoluta

opacidade ou hermetismo, ou, melhor dizendo, tenebrosidade; d) que são suscetíveis dessa indulgência os réus de *toda a espécie de delitos*, logo, se não entendo mal, são-no também os violadores e assassinos.

Os leitores dão-se sem dúvida conta do que tudo isto significa: aquilo que é estabelecido pela justiça, um dos poderes supostamente independentes, fundamental em qualquer Estado de Direito, pode ficar sem efeito e ser transposto sem mais pelo Executivo (através do Ministério da Justiça, tem a sua graça) se o Executivo assim o decidir, sem se justificar perante seja quem for e sem que caiba recurso algum frente à sua arbitrariedade. Se um dia vierem a ser condenados os responsáveis da rede *Gürtel*, os mesmos *poderão* ser indultados. Se um dia viesse a ser capturado Anglès, acusado dos crimes de Alcàsser⁵, e fosse condenado por uma sentença firme, *poderia* ser indultado. Os etarras que cometeram crimes de sangue, os responsáveis pela chacina do 11-M⁶, *poderiam* ser indultados. Continuariam a ser culpados, os seus crimes não seriam “apagados” (possibilidade que existe também, mas que se chama amnistia, e não indulto), mas seriam eximidos de cumprir as penas a que tivessem sido condenados porque assim bem aprazeria a um governo. A coisa é tão flagrantemente injusta e tão louca que não se compreende que uma lei semelhante, literalmente oitocentista, não tenha sido derrogada e sobreviva em 2013. E ainda menos que todos os nossos *presidentes*⁷ se dediquem a utilizá-la, com ligeireza e às mãos-cheias. Para nos ficarmos pelo ano passado, 501 delinquentes (não presuntivos, mas como tal declarados depois do julgamento) foram postos em liberdade e perdoados. Quem são? Por que motivo? A resposta dos nossos governantes é sempre a mesma: “Não temos de prestar contas a ninguém, nem sequer àqueles que nos elegeram.” É tudo.

Tão estúpido que fui

Escrevo isto no dia em que Mariano Rajoy se pronunciou pela primeira vez sobre as “contas de Bárcenas”, às quais este jornal teve acesso. Negou-lhes todo o crédito e veracidade, apesar de os grafólogos terem estatuído que a letra dos documentos em causa correspondia sem dúvida à do ex-contabilista e ex-tesoureiro do PP durante duas décadas. Bem, seria possível então que Bárcenas, ao longo dos três anos — creio eu — decorridos desde que se viu implicado no *caso Gürtel* e começou a ser incomodado pela justiça, se tivesse dedicado a confeccionar essas colunas de deve e haver, pacientemente, em sua casa, a fim de se proteger ou de arrastar na sua queda — num ato de despeito — o partido que de início o defendeu, o manteve no seu cargo apesar dos indícios, lhe cobriu as despesas com os advogados, e bastante mais tarde o defenestrou e abandonou à sua sorte. Qualquer pessoa poderia registrar que nos entregou aos leitores ou a mim estas ou aquelas quantias em dinheiro negro, e esses registos não constituiriam a mínima prova de que tal tivesse efetivamente acontecido. A elaboração de contas tão minuciosas como as que vimos requer doses de imaginação consideráveis, é certo, mas também não teria faltado a Bárcenas tempo para desenvolver a sua. Contabilidade criativa, no fundamental. Tudo é possível. Ninguém do PP, no entanto, até agora apresentou essa explicação: “Reconhecemos que a letra é do nosso ex-tesoureiro, mas o que ele registou é uma invenção, uma falsificação, uma fábula, uma coisa fictícia.” Talvez o tenha impedido a admissão, por parte de uns quantos membros do partido, de que algumas das somas consignadas correspondiam a emprésti-

mos ou doações por eles recebidos, com fins muito nobres e compreensíveis.

Ao cabo de catorze meses desde as últimas eleições gerais, nas quais o PP obteve quase onze milhões de votos, mais de 44 por cento dos sufrágios e conseqüentemente uma maioria absolutíssima que lhe permitiu fazer tudo o que bem entendesse sem que o alterasse voz discordante alguma (uma situação de “despotismo legalizado”), perguntamo-nos como se sentirão esses cidadãos que lhe deram carta branca. Não me é fácil pôr-me no seu lugar, uma vez que nunca votei em tal partido nem — diga-se de passagem — votei nunca no PSOE até 2004, quando até Belzebu me parecia preferível aos governos de Aznar depois da sua Guerra do Iraque e das suas mentiras sobre o 11-M. Mas ocorre-me que estas suspeitas de corrupção generalizada serão o menos para a maioria. Haverá quem diga: “Olha que novidade, de que é que estavam à espera? À sociedade inteira não repugna um pouco de dinheiro extra, com exceções. Em todos os partidos haverá práticas semelhantes, como em muitas empresas, fábricas, negócios. E a toda a gente aqui parece ético roubar música, filmes, livros, servindo-se dos seus computadores.” Haverá outros, mais cínicos ou fanáticos, que acharão “necessários” os pagamentos por fora porque os teriam cobrado os seus, enquanto os julgariam casos de vil cobiça se tivessem sido outros a percebê-los. E também haverá os escandalizados e enojados, como se sentiram numerosos votantes socialistas perante a corrupção do PSOE nos anos noventa. Seja como for, quem sabe quantos de entre esses onze milhões deverão estar a pensar: “Tão estúpido que fui”, todas as manhãs. Mas não por Bárcenas e as suas aparentes revelações.

São as pessoas que durante catorze meses viram como o governo do PP quebrou todas e cada uma das suas promessas eleitorais: como fez uma reforma laboral que torna precários os postos de trabalho, que podem perder-se de um dia para o outro quase sem custos para o empresário; como isso teve por resultado, só em 2012, mais de meio milhão de novos desempregados; como baixaram os salários e o poder de compra da população em geral; como subiram brutalmente o IVA e o IRPF⁸ que o PP jurara deixar intactos; como as pensões foram diminuídas, os “dependentes” abandonados, a saúde privatizada e encarecida, os medicamentos passaram a ser duas vezes mais caros;

a cultura foi desprezada e castigada, a educação piorou e os seus custos descolaram; como, em contrapartida, à Igreja não se lhe tirou um euro enquanto os membros da sua hierarquia se calam perante a penúria de tantas famílias; como, depois do abusivo aumento do IVA, há cada vez mais gente desesperada que não o aplica, expandindo-se assim a economia paralela e o dinheiro negro; como o governo conquistou a hostilidade dos médicos, trabalhadores da saúde, juízes, professores, comerciantes, grupos de pessoas em princípio ordeiras. Dos onze milhões em causa, muitos votaram PP sem dúvida na expectativa de ver aliviada a crise, dando-se agora conta de que ela se agrava e os afeta diretamente, na carne; descobrem que estão ainda pior do que com Zapatero. Veem que se desmantela a toda a velocidade o chamado Estado de bem-estar, a pretexto da conjuntura económica. Que os cidadãos ficam desprotegidos e que os seus impostos são usados para resgatar a banca, que apesar disso se recusa a conceder créditos a particulares, empresas e estabelecimentos comerciais, asfixiando-os. Veem que o consumo diminui cada vez mais, e que isso, estranhamente, não preocupa o governo. Veem que os cortes poupam os altos cargos e assessores governamentais, enquanto os jovens emigram. Pergunto-me quantos dos citados onze milhões não estarão totalmente arrependidos por terem concedido o seu voto a quem o concederam, depois de terem acreditado nas suas promessas falsas. Quantos não se levantarão já todas as manhãs dizendo-se amargamente: “Tão estúpido que fui, tão estúpido mesmo.”